

Ministério Público do Estado do Paraná
Divisão de Biblioteca
Sumários Correntes
v. 15, n. 150, maio de 2022

Sumário dos periódicos recebidos em maio de 2022



Revista Síntese
Direito Administrativo
v. 17, n. 197, maio 2022

Assunto Especial

ASPECTOS POLÊMICOS DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DOCTRINAS

1. Súmulas STJ nº 633, 634 e 635: a) Decadência de Prazo Revisional; b) Prescrição de Improbidade para Particular; c) Início do Prazo na Lei nº 9.812/1990
Ivan Barbosa Rigolin9
2. A Indisponibilidade de Bens na Nova Lei de Improbidade Administrativa
Gina Copola18
3. Os Impactos da Reforma da Lei de Improbidade Administrativa na Advocacia Pública
Luís Manoel Borges do Vale e Rafael Carvalho Rezende Oliveira29
4. Enriquecimento Ilícito Não Pode Ser Presumido — Nova Visão do Artigo 9º da Lei nº 8.429/1992, Inciso VII, com a Redação Dada pela Lei nº 14.230/2021
Mauro Roberto Gomes de Mattos50

ACONTECE

1. Uma Hipótese de Aplicação da Nova Lei de Improbidade Administrativa e o Direito Intertemporal
Rogério Tadeu Romano 80

Parte Geral

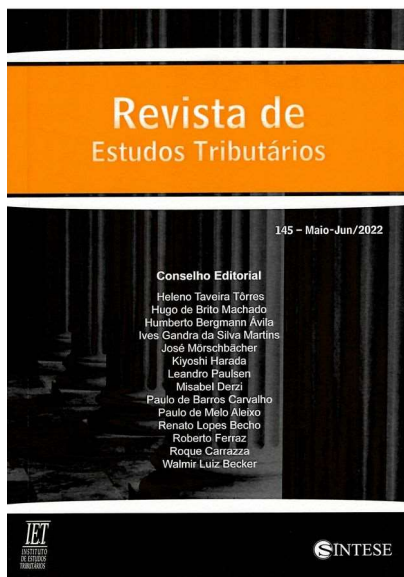
DOCTRINAS

1. Os Direitos Sociais dos Imigrantes. Abordagem de Direitos Humanos
Benigno Núñez Novo90
2. Invasão da Ucrânia pela Rússia — Aspectos do Direito Internacional
José Luiz Messias Sales e Gisele Leite102

Seção Especial

EM POUCAS PALAVRAS

1. Licitação e Contratação no Contexto do Marco Legal das *Startups*
Edcarlos Alves Lima237



**Revista Síntese
Estudos Tributários**
v. 25, n. 145, maio/jun. 2022

Assunto Especial

MANDADO DE SEGURANÇA - COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

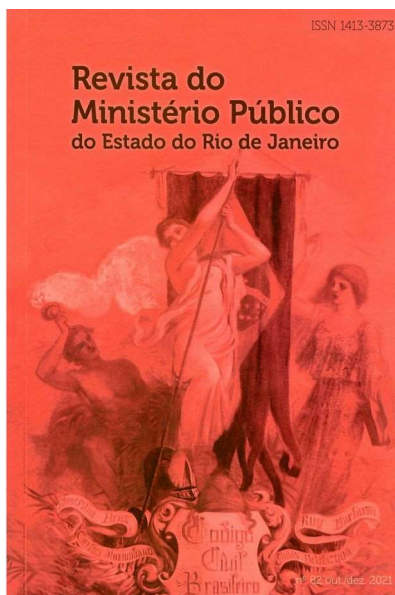
DOCTRINA

1. Mandado de Segurança: Superação das Controvérsias para o Efetivo Exercício da Compensação Tributária
Isabela Boito Maurmann Hidalgo e Milton Terra Machado9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. ISS — O Local da Prestação do Serviço de Análises Clínicas
Thais Toledo Rigotti29
2. Análise da Responsabilidade Tributária por Interesse Comum à Luz dos Precedentes da Câmara Superior de Recursos Fiscais
Ulisses Santafé Aguiar Pizzolatti54
3. Cláusula "*Pecunia Non Olet*" e a (Im)Possibilidade de Tributação do Produto da Atividade Criminosa
Bruno Cardona Cipele 81
4. Credenciamento de Estabelecimentos a Sistema de Pagamento com Cartão em "Maquininha": ISSQN e ICMS
Valterlei A. da Costa103



**Revista do Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro**

n. 82, out./ dez. 2021

Doutrina

O recebimento de honorários maculados e o branqueamento de capitais Bárbara Dorati Ferrari	19
A casa enquanto asilo inviolável, a prisão domiciliar e a sua correlação com esta e demais garantias constitucionais: uma análise sistêmica e crítica Carlos Andresano Moreira	47
Lei Complementar nº 178/2021: alterações introduzidas no Regime de Recuperação Fiscal e no cômputo das despesas com aposentados e pensionistas Emerson Garcia.....	95
A interface entre a seara penal e a improbidade administrativa Fabrício Rocha Bastos	113
Fundações Testamentárias de Direito e em Comum: a partilha como marco temporal fundamental de possibilidade de constituição José Marinho Paulo Junior	

Waleska Nogueira Reis Schettini Pinto.....	129
A função do Ministério Público na articulação intersetorial e seus impactos sobre a efetividade das Políticas Públicas aplicadas ao público infantojuvenil Luciana Nascimento Pereira	141
Levando a sério o impacto do gasto tributário e dos benefícios fiscais: o princípio constitucional da anterioridade obrigatória das estimativas de impacto orçamentário-financeiro no contexto da transparência, do planejamento e da responsabilidade fiscal Marco Antonio Santos Reis	173
As medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha e o convívio familiar paterno-filial Regiane Cristina Dias Pinto.....	193
Teoria da Norma Jurídica Reis Friede.....	215
Lei nº 14.155/2021 dos crimes cibernéticos Sauvei Lai Pedro Borges Mourão.....	233